

Editorial

Discutir a temática do desenvolvimento de forma interdisciplinar, incorporando a contribuição de diferentes campos científicos e de pesquisadores nacionais e internacionais, tem sido preocupação constante dos **Cadernos do Desenvolvimento**. Esta nova edição dá prosseguimento a esse esforço, apresentando aos leitores, na parte inicial, artigos das áreas de Economia, Ciência Política, Planejamento Urbano e Regional e História – dimensões analíticas mobilizadas aqui no sentido de propiciar melhor entendimento da especificidade do desenvolvimento brasileiro e, em alguns casos, daquele praticado no âmbito sul-americano.

O leitor encontrará em seguida, na seção *Desenvolvimento no mundo contemporâneo: agenda, interdisciplinaridade e perspectiva comparada*, uma reflexão sobre a evolução do modelo de desenvolvimento da China, e duas análises envolvendo a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988. É bom lembrar que a “Constituição Cidadã”, como a definiu o deputado Ulysses Guimarães, está completando 25 anos de vigência. Ela tem sido uma referência obrigatória no contexto da redemocratização. Mas sua discussão hoje é ainda mais oportuna, no momento em que a sociedade brasileira parece renovar o caminho das transformações sociais.

O texto de Michael Dunford e Godfrey Yeung, intitulado *Rumo à convergência global: economias emergentes, a ascensão da China e o ocaso do Ocidente?*, procura discutir os desdobramentos da crise financeira que atingiu os países desenvolvidos na segunda metade da década passada, a oportunidade que se apresenta para economias emergentes como a China e as perspectivas favoráveis para a redefinição da geografia econômica global.

Vera Cepêda escreveu *As Constituições de 1934 e 1988 – trajetória histórica e inflexão política*, tendo como objetivo dialogar com a tradição do nacional-desenvolvimentismo. Dessa forma, admitindo que o texto constitucional de 1934 tenha sido marco inicial, e aquele promulgado em 1988 tenha marcado o final dessa configuração, procura em perspectiva comparada discutir as características da relação entre Estado e sociedade.

A comunicação de Júlio Aurélio Vianna Lopes, denominada *O amálgama constitucional do desenvolvimento na ordem de 1988*, recupera o embate entre dois blocos constituintes fundamentais na elaboração da Constituição Federal de 1988. De um lado, o agrupamento que apoiava o projeto originado na Comissão de Sistematização, e de outro, o Centrão, como uma referência política conservadora. A partir dessas circunstâncias, o autor procura destacar a negociação que resultou no que chama de neodesenvolvimentismo, cujas características acredita que ainda sobrevivem no texto constitucional.

A entrevista que abrilhanta este número foi feita com o senador Cristovam Buarque, representante de uma geração do pensamento desenvolvimentista brasileiro que sucedeu Celso Furtado, e que é nome proeminente no debate nacional sobre a educação no país, e político que qualifica a política brasileira por conta de suas idéias, seus valores e ações na vida pública. A entrevista foi realizada em Brasília, no Congresso Nacional, no dia 9 de julho de 2013, e os entrevistadores foram Marcos Formiga e Ricardo Ismael.

O “Dossiê Celso Furtado” fecha esta edição, apresentando um depoimento de Celso Furtado, na época ministro da Cultura, dado em 12 de maio de 1987 à subcomissão de cultura da Assembléia Nacional Constituinte. Publicado pela primeira vez na íntegra, o texto conta com uma pequena nota introdutória de Rosa Freire d’Aguiar, na qual ela defende que Furtado “expõe de forma clara sua concepção de cultura, sua visão sobre as relações entre Estado, agentes culturais e sociedade

civil, e – tema que tantas discussões ainda gerava num momento em que a própria existência do Ministério estava longe de ser aceita por certos segmentos culturais – sobre o papel que cabe a cada ator na idealização e na prática das políticas culturais”.

O depoimento de Celso Furtado é também comentado por César Bolaño, professor da Universidade Federal de Sergipe e estudioso do tema “cultura e desenvolvimento”. Bolaño, entre outros aspectos, procura ressaltar a atualidade de algumas ideias contidas no antigo pronunciamento, sugerindo alguma afinidade entre elas e iniciativas recentes no Ministério da Cultura, como a experiência dos “Pontos de Cultura” e a criação da Secretaria de Economia Criativa.

§

Ricardo Ismael
Editor